

A ESFERA PÚBLICA COMO O LUGAR DA AÇÃO POLÍTICA EM HANNAH ARENDT

Mariano Bay de Araújo*

RESUMO: Tendo constatado a perda de sentido da tradição, Arendt faz uma reinterpretação do passado, buscando nas manifestações mundanas a essência da experiência política. Sendo a *polis* a manifestação política originária, Arendt vai tomá-la como principal referência para pensar esta atividade, buscando nela as origens dos conceitos políticos. Na Grécia antiga, Arendt identifica duas esferas de atividades humanas: a esfera pública e a privada. A esfera privada, localizada no lar, é espaço de realização de atividades impulsionadas pela necessidade ou utilidade, havendo, de modo natural, o domínio e a submissão de uns em relação a outros. A esfera pública, por sua vez, é a *polis* propriamente dita, espaço em que os homens relacionam-se como iguais e, portanto, são livres. É nesta esfera que se realiza a atividade política, em que, por meio do discurso, os homens resolvem as questões comuns. Estas questões trazem, em certa medida, características privadas, pois dizem respeito ao mundo material em que os homens vivem e de que dependem. No entanto, a especificidade da política reside no fato de que estas questões objetivas, na medida em que são dignas de maior divulgação possível, são de interesse comum. E como tal, são resolvidas através do discurso, que revela os diferentes pontos de vista dos homens, que impede, por um lado, a existência de um bem comum ou de algo que equalize as ações, mas, por outro, permite que se estabeleça um acordo. Apesar de ter objetivos estabelecidos, a ação política transcende-os, pois as ações formam o que Arendt chama de “teia de relações humanas”, em que interferem umas nas outras. As diferenças entre as duas esferas e as características da esfera pública marcam a especificidade da ação política: uma atividade realizada em conjunto, através do discurso e que não pode ser julgada por critérios de necessidade e utilidade, pois transcende motivos e objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: Esfera privada - Esfera pública – Ação política – Discurso.

O pensamento de Arendt situa-se depois do rompimento com a tradição, isto é, em um momento em que não há um fio condutor que fornece elementos para a compreensão do mundo e a orientação de novas experiências¹. Sem ter como pensar o presente a partir dos referenciais teóricos consagrados, a filosofia de Arendt é uma busca pelo restabelecimento destes referenciais a partir de uma reinterpretação do passado². Esta reinterpretação do passado tem por objetivo “descobrir as verdadeiras origens de conceitos tradicionais”,

* Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ ARENDT. “A tradição e a época moderna”, p. 53.

² Apesar de Hannah Arendt refletir sobre acontecimentos de sua época, como o totalitarismo, é no passado que a autora busca os fundamentos para sua filosofia política.

buscando nas manifestações mundanas a essência da experiência política³. Dessa forma, as “manifestações políticas originárias” servem como “base fenomenológica a partir da qual Arendt traça os contornos de seus principais conceitos políticos tais como 'liberdade', 'ação', 'público’”⁴.

Arendt identifica, na Grécia antiga, duas esferas de atividades humanas, a esfera privada, que tinha no *oikos*, o lar, seu espaço de atuação, e a esfera pública, a *polis* propriamente dita. Baseada nesta distinção, Arendt localiza na esfera privada as atividades do trabalho e da fabricação, e na esfera pública, a atividade da ação. A diferença entre as três atividades pode ser expressa da seguinte forma: o trabalho é a “atividade que efetuamos compelidos pela necessidade biológica”, a fabricação “efetuamos compelidos pela utilidade dos objetos que compõem o artefato humano”, a ação é a única atividade que “efetuamos não apenas livres de qualquer compulsão externa, mas ainda impelidos pelo próprio anseio de liberdade”. A ação, portanto, é a única atividade completamente livre, as outras duas, trabalho e fabricação, são exercidas, respectivamente, por necessidade e utilidade. Logo, a diferença básica para a distinção entre esfera privada e esfera pública, e conseqüentemente para a localização das três atividades, é a inexistência da liberdade na primeira e a sua realização na segunda⁵.

Como indivíduo natural, membro de sua espécie, o homem precisa suportar a carga da conservação biológica. Portanto, é como um outro animal qualquer que o homem exerce a atividade do trabalho. É apenas na atividade da ação, exercida na esfera pública, que o homem aparece como homem, distinto dos demais animais. Na esfera privada, como os homens precisam suportar as necessidades biológicas, é natural que uns obriguem outros a trabalhar por eles, dominando-os e caracterizando a desigualdade na esfera privada, como na escravidão antiga⁶. A fabricação, dentro desta perspectiva, tem a função apenas de suavizar os esforços do trabalho biológico⁷. Ao contrário do que acontece na esfera privada, na esfera pública os homens relacionam-se como iguais, pois eles são livres, e ser livre é ao mesmo tempo “não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não

³ ARENDT. “Prefácio: a quebra entre o passado e o futuro”, p. 41.

⁴ DUARTE. *O pensamento à sombra da ruptura*, p. 204.

⁵ FRANCISCO. *Aristóteles enquanto fonte das concepções de espaço público e espaço privado de Hannah Arendt*, p. 35.

⁶ *Idem*, p. 36.

comandar”, isto é, não é domínio nem submissão, é estar isento da desigualdade⁸.

Explicados os motivos para a distinção entre as duas esferas e a localização das atividades humanas nelas, vejamos mais de perto o que Arendt entende por “esfera pública”. Arendt observa que o termo “público” tem dois significados. Em primeiro lugar, público é o que “pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”⁹. Em segundo lugar, público é “o próprio mundo na medida em que ele é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”¹⁰.

O que podemos ver e ouvir, aquilo que percebemos das coisas através dos nossos sentidos é a aparência. Aparecer é parecer para outros, isto é, ser percebido por uma pluralidade de espectadores¹¹. Para Arendt, a realidade é constituída da aparência percebida pelas pessoas. As experiências individuais de cada homem, como as paixões, por exemplo, não podem ser compartilhadas e sentidas por outro. Estas experiências são demasiadamente íntimas e, como tal, não têm força suficiente para aparecer no mundo comum da mesma forma que os assuntos políticos. Considerando a distinção, feita em *A vida do espírito*, entre alma (*soul*) e espírito (*mind*), ao exteriorizarmos alguma experiência da alma através de palavras, estamos comunicando o que pensamos daquilo que foi sentido internamente. O grau de subjetividade destas experiências é tal que, apesar de poderem ser comunicadas, elas permanecem no interior de cada indivíduo, de tal forma que eu posso dizer que sinto dor e até mesmo tentar defini-la, e ninguém jamais sentirá a mesma dor que eu¹². Ao contrário destas experiências, as coisas da esfera pública são percebidas por todos e dignas de serem divulgadas para todos.

O mundo, não no sentido de natureza, vida orgânica, mas no sentido de artefato

⁷ ARENDT. *A condição humana*, p. 134-135; *The human condition*, p. 121-122.

⁸ *Idem*, p. 41-2; *Idem*, p. 32-33.

⁹ *Idem*, p. 59; *Idem*, p. 50.

¹⁰ *Idem*, p. 62; *The human condition*, p. 52.

¹¹ ARENDT. *A vida do espírito*, p. 19; *The life of the mind*, V.I, p. 21.

¹² A diferença para Arendt é que a alma está ligada à natureza corpórea não só do homem, mas dos animais, enquanto o espírito é uma espécie de “eu interno” que identifica seu corpo físico com sua existência pensando sobre si mesmo. Assim, as experiências da alma são comunicadas adequadamente através de sinais físicos, como olhares, sons e gestos; já o espírito, tem suas atividades concebidas em palavras. Cf. ARENDT. *A vida do espírito*, p. 25-32; *The life of the mind*, V.I, p. 30-40.

humano, os produtos e negócios feitos pelos homens, tem certa durabilidade, que possibilita a permanência da existência do homem no mundo. Os objetos do mundo aparecem para todos, relacionando os homens, afinal é no mesmo mundo que os homens convivem, mas também afastando-os, pois um objeto pode parecer diferente para cada um. Os homens podem perceber o mundo de várias formas diferentes, formando pontos de vista diferentes sobre a mesma coisa, assim, cada um pode falar coisas diferentes sobre um mesmo objeto. É nestes dois sentidos que devemos entender a esfera pública, um espaço comum, em que os homens vivem juntos e aparecem uns para os outros, expondo seus pontos de vista sobre o mundo.

Havendo um mundo habitado pelos homens, e sendo este mesmo mundo percebido por todos, deve haver algo que faça os homens se entenderem no que diz respeito a este mundo. Este é o papel do senso comum, tido na antiguidade como o “sentido através do qual todos os outros, com suas sensações estritamente privadas, se ajustavam ao mundo comum”. Porém, o senso comum não é entendido por Arendt nem no sentido usual e pejorativo de uma crença ou opinião massificada, nem como uma faculdade interior que funciona à parte do mundo, tal como foi o papel da razão para alguns pensadores modernos. A certeza de si mesmo, fornecida pelo que Arendt chama de introspecção, a consciência do *eu* de seus próprios processos mentais, como o *cogito* cartesiano, garante a existência de um sujeito, mas não garante a realidade¹³. Tampouco a representação mental de um objeto da experiência sensível, como a visão de um árvore, pode garantir a realidade, pois já passou a ser objeto da consciência. O que efetivamente garante a realidade do mundo é a aparência dos objetos, que guarda uma certa permanência possibilitando ser percebida por todos. O senso comum é uma espécie de sexto sentido, que permite um “acordo” entre as percepções de todos sobre um mesmo objeto. O senso comum é o que possibilita a constituição de uma realidade não necessariamente objetiva, mas, no mínimo, consensual, e também é o que permite a formação de opiniões. Estas opiniões não são válidas universalmente, mas são compartilhadas intersubjetivamente, tendo em vista um interesse no mundo e a posição do outro¹⁴.

Enquanto seres sensíveis, os homens são capazes de perceber os objetos do mundo, e por serem constituídos materialmente, são também objetos do mundo. Portanto, os homens percebem e são percebidos uns pelos outros, sendo assim, são na mesma medida aparências uns para os outros. Porém, é preciso notar que “os agentes não se apresentam na política com

¹³ ARENDT. *A condição humana*. p. 293-7; *The human condition*, p. 280-4.

¹⁴ SCHIO. *Hannah Arendt: história e liberdade (da ação à reflexão)*, p. 107-108.

sua fragilidade individual e com todas as preocupações de sua vida privada, mas sim representando e levando a público a sua capacidade de agir e discursar”¹⁵. Isto é, os agentes políticos não aparecem da mesma forma que eles são na esfera privada. A ação, para Arendt, não leva em conta toda a carga de relações e interesses pessoais do agente. O que aparece na política é o modo que cada agente expressa a sua visão do mundo.

Isso não quer dizer que na política há uma total isenção de características privadas. As relações entre os homens no espaço público têm uma mediação objetiva, “de sorte que a maior parte das palavras e atos, além de revelar o agente que fala e age, *refere-se* a alguma realidade mundana e objetiva”. Os homens agem e falam a partir do mundo, afinal é no mundo que eles vivem juntos. O mundo comum, em seu sentido material de artefato produzido pelo homem, é esta realidade objetiva, que faz parte dos assuntos dos homens. E como os homens vivem neste mesmo mundo, eles, de alguma forma, necessitam deste mundo, dependem dele para várias coisas. Neste sentido, a mediação objetiva pode trazer consigo características privadas no sentido de “interesses específicos, objetivos e mundanos”, pois os interesses (*inter-est*) constituem o “que está entre as pessoas e que, portanto, as relaciona e interliga”. No entanto, ao falar e agir, esta mediação objetiva recebe uma outra mediação, de ordem subjetiva, “cuja origem se deve unicamente ao fato de que os homens agem e falam diretamente uns *com* os outros”. Esta segunda mediação, subjetiva, resulta do fato de que os homens percebem o mundo de diferentes ângulos, e é constituída da própria forma pela qual cada homem reveste a sua visão do mundo ao comunicá-la aos outros¹⁶.

Isto é, as questões políticas, não diferem essencialmente em conteúdo das questões privadas. A diferença determinante entre as questões públicas e privadas é a forma pela qual são tratadas. Para que um problema torne-se político, é necessário que seja de conhecimento de todos e diga respeito ao mundo comum que os homens compartilham. Apesar de serem, na maioria das vezes, questões de ordem material e de interesse particular de cada um, são resolvidas levando em consideração os diferentes pontos de vista e por meio do discurso, o que permite que se chegue a um consenso.

A importância da mediação subjetiva, que as questões materiais recebem ao serem comunicadas através do discurso, deve-se ao fato de que

¹⁵ ABREU. *Hannah Arendt e os limites do novo*, p. 36.

¹⁶ ARENDT. *A condição humana*, p. 195; *The human condition*, p. 182-183.

em contraste com esta “objetividade”, cuja base única é o dinheiro como denominador comum para a satisfação de todas as necessidades, a realidade da esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspectos e perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta e para os quais nenhuma medida ou denominador comum pode jamais ser inventado.¹⁷

Isto é, ao contrário da realidade objetiva do mundo, que de certa forma conserva um caráter público, mas que está mais relacionada com as necessidades individuais, na esfera pública não há algo que equalize as ações humanas, como o dinheiro faz no âmbito privado. Pois os homens, apesar de compartilharem do mesmo mundo, ocupam nele diferentes lugares, e acabam desenvolvendo pontos de vista e percebendo coisas diferentes uns dos outros. Neste sentido, não há um bem comum dado para ser perseguido pela política. Não há ideias eternas, como a ideia do bem, no mundo dos negócios humanos. Da mesma forma, a realidade não é garantida por uma natureza humana comum, mas justamente pelas perspectivas diferentes de cada um sobre uma mesma coisa. Isto significa não só que aquela mediação subjetiva, constituída de atos e palavras, é mais importante, deixando à mediação mundana papel secundário, mas que enquanto agem, os homens não são indivíduos privados, com interesses sociais e econômicos, mas agentes políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Aparecida. *Hannah Arendt e os limites do novo*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10a ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. “A tradição e a época moderna”. In *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005, cap. 1, p. 43-68.

_____. *A Vida do Espírito*. 2a. ed. rev. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

¹⁷ ARENDT. *A condição humana*, p. 66-7; *The human condition*, p. 57.

_____. “Prefácio: a quebra entre o passado e o futuro”. In *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 28-42.

_____. *The human condition*. 2a. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

_____. *The life of the mind*. San Diego: Harcourt, Inc., 1981.

DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FRANCISCO, Maria de Fátima Simões. *Aristóteles enquanto fonte das concepções de espaço público e espaço privado de Hannah Arendt*. Notandum, n. 14, p. 33-48, 2007.

SCHIO, Sônia Maria. *Hannah Arendt: história e liberdade (da ação à reflexão)*. Caxias do Sul: Educs, 2006.